

Os Angolanos viveram décadas de angústia, vítimas de uma guerra civil que durou cerca de 27 anos.

Com um país parcialmente destruído, e um rosário sem fim de desgraças e miséria, o recente acordo de cessar-fogo abriu novas perspectivas para Angola e, numa oportunidade única, devolveu a esperança a todos os Angolanos, esperança essa que o Governo tem a responsabilidade de consolidar, criando aberturas para a participação efectiva dos cidadãos, envolvendo o maior número possível na construção da paz.

É imperioso que o Governo reconheça que, durante o conflito armado, atacou marginalmente os problemas do país, descurando as questões básicas e os verdadeiros fundamentos da justiça social e em seu lugar promoveu políticas paternalistas que fizeram surgir um rápido crescimento de acções pouco abonatórias, como a falta de transparência na gestão da coisa pública e a prática de corrupção, hoje praticamente institucionalizada.

A desculpa de que a guerra dificultava o desenvolvimento socioeconómico e que o esforço para a defesa nacional devorava grande parte do Orçamento Geral do Estado tornou praticamente inerte o empresariado nacional, criou uma falência total do parque industrial, não promoveu políticas agrícolas de subsistência e, o que é mais grave, contraiu uma colossal dívida externa.

Hoje com um país destruído, sem estradas, com um excessivo número de minas terrestres, com cerca de quatro milhões de deslocados, órfãos, fome, uma cobertura sanitária inexistente e com um deficiente acesso aos cuidados básicos de saúde, o Governo de Angola enfrenta um dos maiores desafios que alguma vez imaginou.

A consolidação da paz será tanto mais eficaz quanto maiores forem os recursos financeiros despendidos no bem-estar das populações, no desenvolvimento económico/político e social e nas infra-estruturas destruídas pela guerra.

É dever do Governo fazer com que as condições económicas e sociais dos cidadãos não se deterioreem mais do que já estão, nem que ninguém se sinta marginalizado, para que a harmonia e convivência pacífica entre os Angolanos sejam reais e que os investidores estrangeiros não se sintam ameaçados pela insatisfação popular.

Para nós liberais, no entanto, a questão primária reside em saber quais os verdadeiros objectivos do Governo, qual o seu plano de acção para a resolução da situação de emergência em que Angola se encontra.

Pensamos que será necessário promover diálogos e debates para se alargar perspectivas e demarcar prioridades. A despartidarização do Estado deverá constar nessas prioridades e o próprio Governo deverá empenhar-se em criar instituições fortes e aproveitar a oportunidade para avançar para um ambiente de transparência, de respeito e aplicabilidade das leis. Um desenvolvimento social sustentável e o respeito pelos direitos do homem são tónicas que o Governo não deve relegar para segundo plano.

Outras das prioridades é saber-se com que recursos financeiros Angola pode contar. Um diagnóstico credível do petróleo, maior receita constante no OGE, permitir-nos-ia avaliar os valores reais com que Angola pode contar nesta época de grandes mudanças. O mesmo se aplica às receitas diamantíferas e aos impostos directos e indirectos, que pouca ou nenhuma incidência têm sobre as populações.

Em resumo, o que o Partido Liberal Democrático (PLD) pretende é que se reactive a confiança entre todos os Angolanos, passando por uma análise profunda do actual estado da nação, para que se instale a transparência, a responsabilidade, um elevado nível de administração pública, consolidando as liberdades civis e a liberdade de expressão, componentes fundamentais para a existência de um Estado democrático e de direito.

Luanda, 18 de Maio de 2002